novas da galiza

número 215
Outubro 2022
3 euros

acontece
Nova folha de rota das presas independentistas 5

os pés na terra
"As elétricas estám a impor o modelo energético" 10

panóptico
Os avances tecnológicos contra as pessoas racializadas 12

6-9

Avions cara a nengures

As cifras de viajantes nos aeroportos estám a atingir já as cifras pré-pandemia e mesmo a terminal de Santiago de Compostela está a bater recordes de utentes. Mas este auge da mobilidade aeronáutica tem como contrapartida umha profunda desigualdade social, um impacto climático e ambiental, assim como umha precarizaçom das condiçons laborais.

DIREITOS / 14

A Junta tem concertada um 20% da saúde pública

Em 2020 o Sergas derivou 209 milhons de euros a clínicas privadas. Som dados do último informe do Conselho de Contas que revela que nos últimos cinco anos 117.000 pacientes operárom-se em centros privados e realizárom 300.000 provas diagnose. Desde a chegada de Feijóo à Junta, a sanidade privada tem-se beneficiado de númerosos concertos que garantem umha percentagem anual de pacientes a clínicas privadas que desde fai anos pertencem a fondos abutres que tributam no estrangeiro. Na atualidade já está concertado um 20% do sistema sanitário.

CONSELHO DE REDAÇOM/ Aarón L. Rivas, Charo Lopes, Elena Martín Lores, Laura R. Cuba, Maria Álvares, Maria Rodinho, Xian Naia S.

CORREÇOM LINGÜÍSTICA/ André Taboada Casteleiro, J. Rodrigues, Lucia Cernadas, Rosa Casais, Vichu García Torea, Xian Naia S.

MAQUETAÇOM/ Novas da Galiza
COORDENAÇOM DE IMAGEM/ Charo Lopes
ADMINISTRAÇOM/ Antia Balseiro.
WEB E REDES SOCIAIS/ Laura R. Cuba, Ares Branco Lopes

COLABORAM NESTE NÚMERO/ Noa Presas, Isaac Lourido, Erik Dobaño, Borxa Toxa, David Soto, João Aveledo, Zélia Garcia, Iván Cuevas, Uxía Castro.

FECHO DE EDIÇOM 25/10/2022

EDITA/
Associaçom Cultural Minho Media

SUBSCRIÇONS/
assinantes@novas.gal

Os conteúdos deste jornal som de livre reproduçom, sempre que se citar procedência e se respeitar a opçom normativa

DEPÓSITO LEGAL / C-1250-02

EDITORIAL / O capital fai avions

Nunca antes houvo tantas viajantes em aviom no nosso país. Este verao o aeroporto Rosalia de Castro, na capital do país, atingia cifras de recorde. Porém, há recordes cuja celebraçom haveria que questionar. E para isso podemos colocar acima da mesa duas questons de igual atualidade: a emergência climática e as greves de tripulaçom de cabina em companhias *low-cost*.

Nom é nengum segredo que o transporte aeronáutico é umha das principais atividades emissoras de gases de efeito estufa. E, como todo neste sistema, o seu desenvolvimento baseado no ganho empresarial e no interesse individual converte-o num setor especialmente depredador. Há casos extremamente obscenos, como o abuso por parte de pessoas afamadas e milionárias dos *jets* privados. Mas tampouco há que esquecer que com a chegada das companhias *low-cost* e a proliferaçom de voos a possibilidade de colher um aviom e passar umha fim de semana longa em qualquer parte do mundo está estendida mesmo entre as classes populares. A indústria turística educou-nos para pensar que a felicidade e o descanso estám a miles de quilómetros das nossas casas, e que poder visitar esses lugares numha viagem de fim de semana é mais importante que o futuro do planeta.

E também da mao da liberalizaçom do sector aeronáutico chegou umha forte precariedade laboral que deixa umhas péssimas condiçons laborais para as trabalhadoras. Os casos mais graves som para as pessoas empregadas como tripulaçom de cabina, que vem desrespeitado até o seu direito à greve. As companhias *low-cost* pensam no lucro sendo a plantilha de pessoal apenas um número que é necessário ajustar para que saiam as contas. Mas os meios de comunicaçom apenas se preocupam polas turistas que vem o seu aviom demorado.

A indústria aeronáutica nom se detém e as administraçom celebram toda linha aérea nova que chega ao nosso país. O capital construiu umha malha de comunicaçons aéreas que nos permite manter a cabeça no ar e os pés afastados da terra.

alto falante
altofalante@novas.gal

CIG-Indústria demanda esclarecerem-se causas do acidente mortal na refinaria de Repsol

CIG-Industria lamenta profundamente o acidente mortal ocorrido na refinaria de Repsol no passado sábado e manifesta o total apoio e solidariedade com a família do trabalhador falecido. A central sindical demanda esclarecerem-se os feitos na comissom de investigaçom aberta esta mesma segunda-feira e se traslade toda a informaçom a este respeito com absoluta transparência.

De igual modo, a CIG insta a convocatória imediata da comissom intercontratas criada a partir do anterior acidente mortal para investigar também neste marco quais fôrom as causas do sinistro, que medidas preventivas se estavam a adotar e corrigir qualquer deficiência detetada para evitar que se repita no futuro.

Um dos objetivos desta comissom era, precisamente, abrir unha interlocuçom direta entre Repsol e as suas auxiliares para detetar, adotar e pôr em marcha todas as questons relativas à prevençom e às medidas de segurança que garantam a integridade física de todos os trabalhadores e trabalhadoras da refinaria. Repsol, como empresa principal, é a responsável de coordenar todas as medidas preventivas, investigar o acontecido para esclarecer as causas e pôr a disposiçom das suas contratas os meios e protocolos necessários.

Este é o segundo acidente mortal registado em menos de sete meses na refinaria. Da CIG-Industria seguimos a demandar que se fagam os investimentos e se tomem as medidas suficientes para frear a sinistralidade laboral no complexo. Neste sentido, proponhem investigar até as últimas consequências as causas do acidente. Por parte da CIG-Industria levarám-se adiante as açons sindicais e legais que sejam oportunas para depurar responsabilidades.

CIG - Indústria/
A Corunha, 24 de Outubro de 2022

Do ensino e dos ladrons de tempo

NOA PRESAS

Manifestaçom do movimento Escola Nova pola renovaçom do ensino na primeira metade do século XX no Brasil.

Quando me propugérom este artigo, umha parte de mim pensava desde o meu trabalho no Parlamento como membro de um partido da oposiçom. Essa parte pensou nas cifras, no orçamento, no recorte de professorado e unidades educativas, nos concertos com centros que segregam por sexo... Mas, ao mesmo tempo, outra parte pensava desde o plano pessoal, como docente de secundária. Neste curso, estreio-me depois de aprovar a oposiçom. Umha etapa que para mim tem muito de novo, também na forma de observar as consequências de 13 anos de políticas da direita.

Diante da minha nova situaçom aguardava dúvidas e dificuldades, mas nom sentir incredulidade com tanta cousa como, por exemplo, ter que programar com um currículo antes da sua publicaçom definitiva no DOG. Ou que, enquanto a Junta gasta 15 milhons nuns ecráns digitais para a 'era digital' que ainda ninguém viu, no meu centro tenha que conectar a *wifi* do meu móbil para usar o computador. Isto nom se trata só de restar recursos à pública, é a absoluta desídia: fazer mal todo o que se pode fazer mal.

Mas olho, que nom é má estratégia para quem governa. Quantas mais pingueiras houver, menos se vê onde estám realmente os furados. O dia a dia de um Parlamento ou de umha escola nom som tam diferentes, arrastam-te. Acabamos caindo naquilo do que alertava Mafalda: o urgente distrai do importante. Assim, enquanto nos indignamos com os currículos e com a *wifi* (com a sua importância, sim) esvaem-se problemas mais graves com consequências mais estruturais, como a reduçom de pessoal.

> *Enquanto nos indignamos com os currículos e com a 'wifi' esvaem-se problemas com consequências estruturais, como a reduçom de pessoal*

Em finais de setembro saím correndo do instituto para ir a um Pleno em que Román Rodríguez dizia que este curso haveria 30.534 docentes. Respondia as denuncias sindicais e demonstrava a sua própria mentira. Desde 2009 o ensino público nom universitário perdeu quase mil profes (850) a pesar de aumentar 20.000 estudantes. Pola contra, o privado perdendo alunado (case 1000) somou quase 800 docentes mais desde que governa o PP. Essas som as cifras. Porém, quando ademais estás dentro das aulas, as consequências também tenhem nome e apelidos. Vê-se o que nom se fai, porque com menos nom se pode fazer nem mais nem o mesmo. Sobre todo quando do que estamos a falar é de falta de pessoal e de horas.

Desde que entrei no ensino médio penso muito em Momo e nos ladrons do tempo. E nom por novata (ou nom só). Sinto-me assim porque vejo que a rátio prejudica quem mais o necessita, a excessiva burocracia, a falta de pessoal de orientaçom para atender as necessidades da comunidade educativa... Umha folha de rota que nom se altera nem em situaçons extraordinárias como a chegada de alunado ucraniano. Como país é um orgulho acolher pessoas refugiadas. Agora bem, que para integrar um neno que nom comparte connosco nem o alfabeto o grande recurso da Junta seja um livro de pictogramas é umha vergonha. Nem recursos extraordinários nem pessoal com tempo para a atençom personalizada necessária.

O ensino é um direito humano. Se Momo venceu os ladrons do tempo, nós, como sociedade, também temos que fazê-lo.

Noa Presas é professora de ensino secundário e deputada no Parlamento da Galiza.

fai a tua **subscriçom**,
por apenas **35€/ano**,
em **www.novas.gal/loja**

art-brut. alfonso rodríguez

A batalha da cultura

ISAAC LOURIDO

A cultura galega dos últimos quarenta anos nom pode ser analisada a partir de umha foto fixa, redutora e simplificada. O que chamaremos de cultura da normalizaçom sustenta-se na tensom entre três polos, identificados por Roberto Samartim para o tardo-franquismo: o da oficialidade, o da resiliência e o da resistência. Transmutados mais tarde num novo campo de disputas entre instituiçons oficiais, nacionalismo e movimentos sociais. A hegemonia desta cultura palpita no sentido comum galeguista atual: a cultura normalizada é a cultura nom politizada, (só) pode ter lugar no quadro autonómico e pode ser levada a termo dentro do capitalismo. Mais: a mercantilizaçom seria um sintoma do avanço do processo normalizador.

As políticas culturais oficiais baseárom-se numha açom de baixa intensidade. Desligadas de qualquer projeto transformador e orientadas para evitar o conflito com a cultura espanhola, vampirizárom o galeguismo para legitimar o novo quadro institucional.

As políticas culturais oficiais baseárom-se numha açom de baixa intensidade, desligadas de qualquer projeto transformador e orientadas para evitar o conflito com a cultura espanhola

Mantivêrom a galega como cultura menor, regional preferente. Contra o que promove a vulgata nacionalista, nunca pretendêrom acabar com ela, mas mantê-la como marca e estigma de diferentes grupos sociais, às vezes antagónicos. Do rural folclorizado às classes intelectuais críticas.

Por seu turno, o nacionalismo transitou de um modelo anti-institucional para um modelo de pacto, dada a incapacidade para pôr em prática o projeto que procurava articular umha cultura expressiva nacional-popular. Olhou de longe as formas de vida, as práticas, os interesses, os sentidos comuns, as sensibilidades populares que escapam aos padrons do tradicional ou do autêntico. Acabou por apostar numha cultura representativa e no ideal da excelência. A celebraçom dos *Premios Nacionales* de. O catálogo de IKEA em galego. As aulas de galego no Instituto Cervantes. Um antagonismo só aparente, adubado com periódicas aldragens, mas na prática neutralizado polos consensos normalizadores.

Nas últimas quatro décadas, as culturas associativas sobrevivêrom subterraneamente. Redes de inserçom local que procuram a coesom de comunidades e tenhem capacidade, constante ou pontual, para atuar como contrapoderes. Processos novos como o do Liceo Mutante de Ponte-Vedra, a Emerxencia Cultural de Ourense ou até a rede de apoio a Chema Naia, entre bastantes outros, parecem ainda inspirar-se neste modelo. Sem esquecer que o feminismo se consolidou como o movimento social com maior capacidade transformadora e que conseguiu estabelecer práticas, esquemas de experiência, um novo reparto do sensível (já) nom (necessariamente) subordinado à construçom nacional.

As culturas associativas sobrevivêrom subterraneamente, como redes que procuram a coesom de comunidades e tenhem capacidade para atuar como contra-poderes

O feminismo conseguiu estabelecer um novo reparto do sensível (já) nom (necessariamente) subordinado à construçom nacional

O encerramento mais simples e previsível para este artigo consistiria em afirmar que toda prática cultural oficial deve ser desprezada, que o nacionalismo tem de retificar os seus planos, que o único roteiro desejável é a cooperativa. Mas acontece, aqui e agora, que o âmbito institucional é quase o único viável para a imensa maioria das profissionais da cultura que querem viver do seu trabalho. Que é difícil pensar numha alternativa ao existente que nom implique, no mínimo, dialogar com a herança do projeto nacionalista. Que faltam ainda redes colaborativas que impliquem um salto qualitativo dos precários projetos associativos. À frente temos o desafio de pensar e praticar umha açom cultural transformadora de várias velocidades e escalas: molesta no interstício da oficialidade, valente e nom essencialista nos programas partidários, persistentemente popular e nom tutelada no plano associativo.

Isaac Lourido é professor e investigador.

Presos/as Independentistas Galegos/as decidem nova folha de rota nas prisons

redaçom

No passado 11 de outubro, Dia da Galiza Combatente –em que, neste ano, o independentismo homenageou o guerrilheiro de Trasancos José Manuel Samartim Bouça, *Martinho*– o Coletivo de Presos/as Independentistas Galegos/as (CPIG) fixo público um comunicado no qual avalia a última fase de violência política e estabelece medidas consensualizadas para "desativar a frente carcerária", embora mantendo os seus princípios políticos.

O CPIG constituiu-se em 2005 e hoje está formado por Asunción Losada Camba, Eduardo Vigo Domingues, Miguel Garcia Nogales, Roberto Rodríguez Fialhega e Antom Garcia Matos, todas elas pessoas presas e condenadas polo tribunal especial espanhol Audiência Nacional por pertencerem à resistência galega.

"A resistência galega nom é homologável a nengumha outra experiência de luita armada na Galiza", sinalam do CPIG: "vam ser quase 20 anos de luita pola defesa da Terra, mais de 20 pessoas encarceradas e mais de 60 ataques com artefactos explosivos e incendiários contra infraestruturas de colonizaçom, entidades financeiras, partidos políticos espanhóis com responsabilidades no regime de ocupaçom e empresas e pessoas comprometidas com a opressom e exploraçom da nossa Naçom".

> "A resistência galega nom é homologável a nengumha outra experiência de luita armada na Galiza", sinalam do CPIG: "vam ser quase 20 anos de luita pola defesa da Terra"

Em 2005 e 2011 saem à luz o 1º e 2º manifesto pola resistência galega, em 2014 divulga-se um vídeo-manifesto com a intervençom de um guerrilheiro da resistência galega na clandestinidade e entre 2016 e 2018 aparecem os dous primeiros números do seu vozeiro *A guerrilheira*. Esta foi toda a presença pública dum coletivo armado cujo maior interesse, segundo defendem os membros do CPIG foi "a de armar os movimentos sociais e a comunidade nacional de resistência com as ferramentas da sabotagem e da clandestinidade, propondo um projeto de construçom coletiva de poder e soberania desde abaixo, inserido num ecossistema de resistência e constestaçom".

Porém, da perspetiva de hoje fazem autocrítica, após 8 anos sem açons armadas: "A resistência galega nom foi capaz de sobrepor-se à repressom do Estado e foi, finalmente, desativa. A última açom armada tivo lugar em Outubro de 2014. As últimas detençons produziram-se em junho de 2019. Em janeiro de 2022 tivo lugar o juízo contra quatro independentistas sentenciados em firme a 64 anos de prisom em total." Frente este panorama, o Coletivo exprime o seu agradecimento público por todo o apoio recebido e reconhecem que "a condiçom de presos/as políticos/as nom nos outorga nengumha prerrogativa, nom nos dá direito a maiores quotas de indulgência. Também cometemos erros, temos dúvidas e nom somos infalíveis. Por isso perdom por todos aqueles momentos em que nom estivemos ou nom soubemos estar à altura das circunstâncias ou ao nível do vosso carinho e da vossa atençom".

Desativar a frente carcerária

O Coletivo, a partir do 11 de outubro, abre a possibilidade para que os/as presos/as que assim o desejem podam acolher-se ao regulamento do regime prisional que possibilita sair da cadeia com permissos temporais e poder aceder aos terceiros graus e à suspensom da execuçom da condena ou liberdade condicional.

Porém, sinalam que para aderirem ao regulamento ordinário, nom acederám a nengumha colaboraçom na repressom nem ao arrependimento político. Portanto, seguem a reivindicar a sua condiçom de presos políticos, assim como a defender uns princípios de vida dignos na cadeia, com medidas como exigir o direito a nom partilhar cela. Qualquer destas medidas ficará, entom, dependente da aprovaçom por parte do governo espanhol.

no foco

SECTOR AERONÁUTICO / UMHA MOBILIDADE DESIGUAL

flyradar

IMPACTO AMBIENTAL E CLIMÁTICO /

Um voo cara a nengures

laura r. cuba
laurarcuba@novas.gal

Este ano, as cifras do turismo na Galiza aumentárom substancialmente. O país recuperou cifras pre-pandemia de usuárias de aeroporto, com 3,83 milhons de pessoas viajando desde ou cara às terminais galegas. Segundo dados de Aena, o principal ponto de entrada e saída foi Compostela, onde o número de viageiras atingiu record devido à consolidaçom de voos estatais e à soma de destinos internacionais. O turismo inspira brindes ao ar pola recuperaçom económica e a vigoraçom dum modelo estacional e precário, esquecendo porém as consequências ambientais. Quanto custa ao meio ambiente cada viagem em aviom? Qual o futuro que desenharemos quando já nom sejamos quem de pagar essa portagem?

O passado mês de setembro, um jornalista de *La Chaîne Info* perguntou a Christophe Galtier e Kilian Mbappé –treinador e jogador de futebol, respetivamente, do Paris Saint Germain– sobre a pegada de carbono da equipa. A viagem em *jet* privado que chamara a atençom da imprensa fora a do encontro Nantes–PSG: 380 quilómetros de distância entre as duas cidades que podiam ser cobertos em menos de duas horas de comboio. A raiz disto, o próprio diretor da empresa ferroviária pública francesa propus ao clube, através das redes sociais, empregar este transporte público de alta velocidade.

"Estamos fazendo pesquisas para viajar em carro a vela", brincou Galtier, estourando a rir com o jogador. Episódios como este dispararam o debate público sobre o impacto ambiental dos voos privados, criticando a desconexom que mostram as pessoas usuárias com a emergência climática. Entram aqui casos como o de Lionel Messi, quem em três meses fez 52 viagens em *jet* e cujas emissons de CO2 equivalem às dumha pessoa francesa meia durante 150 anos.

> Só 1% da populaçom causa 50% das emissons de poluentes por voos, enquanto 80% da populaçom mundial nunca viajou de aviom

Primeira classe

Existem iniciativas como o perfil de Twitter *@CelebJets*, que monitoriza o movimento aéreo de pessoas célebres. Nomes como Taylor Swift, Steven Spielberg, Kim Kardashian ou Tiger Woods figuram em voos breves, a miúdo de menos de 40 minutos. Toneladas de CO2 e outros poluentes que som expulsados à atmosfera quando, no 70% dos casos, existem rotas já cobertas com outros meios de transporte públicos por terra.

A consultoria ecologista *The Yard Group* analisou estes dados públicos de voos e perfis associados às aeronaves para calcular o dispêndio da aviaçom privada. A investigaçom mostra que estas passageiras possuem, de meia, umha fortuna de 1,3 bilhons de euros. Ademais, sabemos que o principal motivo dos desprazamentos destes "super-ricos" é, segundo aponta a Federaçom Europeia de Transporte e Meio Ambiente (T&E), simplesmente o lazer.

Em paralelo, o investigador sueco em turismo sustentável Steffan Gosling demostrou que só 1% da populaçom causa 50% das emissons por voos, enquanto 80% da populaçom mundial nunca viajou de aviom. O impacto ambiental e climático da aviaçom está, pois, também atravessado pola desigualdade social.

SECTOR AERONÁUTICO / COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Porém, é verdade que os problemas ambientais som só causados pelos voos das pessoas super-ricas?

"Nom nos damos conta de que os ricos também somos nós, que estamos nessa percentagem de gente que podemos beneficiar-nos de viagens turísticas", explica Manuel Casal Lodeiro, coordenador do Instituto Resiliencia. Assim, com dados como os achegados no início desta peça, encontramos que as principais companhias aéreas nos aeroportos galegos som as famosas *low cost*, Vueling e Ryanair.

Baixo custe?

A associaçom *Ecologistas en Acción* aponta que os "voos lixo" som aqueles que nom reportam utilidade nengumha e som prejudiciais e absurdos para a sociedade. Viagens de fim de semana, em capitais europeias, férias na outra ponta do continente ou modelos de vida que implicam a mobilidade constante, rápida e barata. Todos estes usos da aviaçom afundam ainda mais na sua principal problemática: é o meio de transporte menos eficiente que existe, quer por emissom, distância percorrida ou pessoa transportada.

Segundo a T&E, cada hora de voo supom duas toneladas de CO2 na atmosfera; na meia umha pessoa ocidental produz 8,2 toneladas anuais. Estes dados som desproporcionados em relaçom aos objetivos climáticos para lidar com o aquecimento do planeta. Para limitá-lo em 1,5ºC deveríamos manter a nossa pegada por baixo das 0,7 toneladas anuais per capita, cifra folgadamente ultrapassada, por exemplo, com só umha viagem de aviom de Compostela a Roma.

Mesmo com estes dados na mao, milheiros de avions cruzam o céu agora mesmo. Além do CO2, as emissons doutros poluentes é ainda mais perigosa. As chamadas NVPM (partículas nom volátiles) incluem nitrogénio, óxido, metano, carvom... que som causa direta de enfermidades cardiorrespiratórias na populaçom e da mudança climática (as partículas absorvem a radiaçom solar e impedem a formaçom de nuvens). Estas emissons implicam dois terços do impacto da aviaçom no clima, o duplo do que provoca o CO2.

Este facto dialoga com um momento histórico de crise energética. "Há, digamos, duas contas atrás funcionando: umha mais voluntária, ligada com umha reduçom das emissons para controlar a mudança climática, e outra mais forçada; basicamente, ficamos sem combustível", resume Casal Lodeiro. Em síntese, a urgência moral por decrecer topa com a realidade do limite geológico planetário. De facto, entidades como o FMI ou a Agência Internacional de Energia corroboram esta alarma e admitem que a crise energética "nom será transitória".

No relativo ao tráfico aéreo, isto toma forma na impossibilidade de manter o atual modelo de transporte massivo pelo ar. O preço do combustível ascende e, perante a priorizaçom da extraçom de diesel fronte ao querosene, produz-se umha reduçom da oferta de fuel aéreo e um encarecimento deste. As famosas *low cost* sobem os seus preços cada dia, impossibilitando o modelo de lazer que passa por viagens rápidas e acessíveis para os petos ocidentais. "A aviaçom comercial massiva é filha do petróleo barato e morrerá com ele, será o canário na mina... e detrás irá o veículo privado", sentencia Casal Lodeiro.

Destino comum

Fronte um cenário crítico, diversas vozes erguem alternativas. Desde a indústria procuram substituir os combustíveis fósseis com opçons como os combustíveis alternativos sustentáveis (SAF), o modelo elétrico ou os biocombustíveis. Todos eles, porém, nom som suficientes para satisfazer a demanda excessiva de transporte por ar.

> Entidades como o FMI ou a Agência Internacional da Energia já admitem que a crise energética "nom será transitória"

> "A aviaçom comercial massiva é filha do petróleo barato e morrerá com ele, será o canário na mina... e detrás irá o veículo privado", afirma Casal Lodeiro

Em primeiro lugar, os SAF como o hidrogénio verde é custoso, pouco eficiente e perigoso para transportar no ar. Por outro lado, a alimentaçom elétrica na atualidade nom é viável, pois as baterias precisariam ocupar quase toda a fuselagem para mover o aviom.

Por último, os biocombustíveis nom poderiam responder à alta demanda sem implicar altas quotas de deforestaçom e inutilizaçom de espaço cultivável, além da sua ineficiência. "Para fabricar um litro de biodiesel é preciso consumir mais de um litro de diesel", aponta Casal.

Nesta conjuntura histórica, as propostas decrescentistas agromam com força. Igualar os modelos de vida no Norte e no Sul global semelha agora nom só a opçom ética senom a consumaçom dum processo orgânico: golpeamos contra os limites do meio ambiente. "Se esperamos a ultrapassar os pontos críticos climáticos, se esperamos a queimar todo o que podemos para mudar... estamos perdidos: é melhor colapsar agora para evitar aglomeraçons", afirma o coordenador do Instituto Resiliencia.

Decrescer aqui significa umha reordenaçom da economia galega, que agora depende, segundo Turgalicia, num 11% do turismo. Nos próximos anos espera-se que esta realidade mude substancialmente. Ficará a aviaçom para transportes de urgência, distâncias longas, classes muito pudentes... Desaparecerám até a mínima expressom as viageiras caídas do céu e serám substituídas por um modelo de proximidade, com um peso menor na economia. O colapso na Galiza, apontava o filósofo Carlos Taibo, é voltar à casa dos avós. Se calhar, também para as férias.

Aeroporto Rosalia de Castro, de Santiago de Compostela.

CONDIÇONS LABORAIS /

Sem horários nem direito à greve: a precariedade aterra nos aeroportos

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

O aeroporto Rosalia de Castro de Compostela está a atingir cifras récord de utentes. Segundo o gestor Aena, mais de 2,1 milhons de viajantes passárom polo terminal desde que começou 2022. Algumhas previsons apontam para 3 milhons de utentes no final do ano. Para apoiar este tráfego no aeroporto, centenas de pessoas trabalham em diferentes posiçons e som empregadas por diferentes empresas. Fontes sindicais assinalam para o sector aeronáutico como "ponta de lança da precarizaçom".

"Foi um caos", assinala umha trabalhadora dos serviços de *handling*, a assistência em terra ao aviom, da Ryanair, em referência aos meses de verao. Esta companhia trabalha com escalas de 25 minutos, o que significa que desde o momento em que o aviom chega ao parque de estacionamento até à descolagem, só pode demorar esse intervalo de tempo. É um trabalho feito sob umha grande pressom. Quando se acumulam problemas, tais como atrasos ou falta de lugares de estacionamento, "acabamos por pelejar entre nós, os de abaixo, para conseguirmos fazer a nossa parte", frisa este empregada.

A prestaçom de serviços por empresas privadas e a precariedade laboral nos aeroportos tornam o trabalho sindical, e qualquer reivindicaçom de direitos laborais, particularmente complicada no sector aeronáutico. Pablo de Prado, delegado da CIG na AENA, empresa com 51% de capital público e administradora dos aeroportos, assinala que este sector é "a ponta de lança da precarizaçom" e aponta umha longa lista de privatizaçons e externalizaçons de serviços no aeroporto, que resultárom na situaçom atual.

> Flexibilidade de horário, turnos divididos e horas perentórias estám por trás da precariedade laboral nos serviços de 'handling'

De Prado coloca o ponto fulcral na história da precariedade na privatizaçom das empresas ditas 'de bandeira'. Umha delas é a Iberia, privatizada em 1999 durante o governo de José María Aznar. As cafetarias, serviços de limpeza, assistência aeronáutica, gestom de estacionamentos... Praticamente todos os serviços som realizados por empresas privadas. "Tudo o que nom seja em parte público, é precário", aponta De Prado, sendo os assalariados que sofrem condiçons mais duras os das empresas *low-cost*, como Ryanair, EasyJet ou Vueling.

Flexibilidade de horários

"Sabes quando entras, mas nom quando sais", expom umha trabalhadora da Ryanair. À companhia interessa-lhe mais o serviço ao aviom do que um horário estável para as suas trabalhadoras. Umha modalidade comum nestes serviços de *handling* é a contrataçom a tempo parcial. Essa parcialidade é calculada como umha média para o ano in-

SECTOR AERONÁUTICO / GREVES NA TRIPULAÇOM DE CABINA

Protesto de trabalhadoras no aeroporto Rosalia de Castro no mês de julho.

Duas pessoas fôrom despedidas pola Ryanair por exercerem o seu direito à greve em Compostela

teiro, com 50% do dia de trabalho em certas alturas do ano e 120% em outras. Isto implica umha ausência de horários e salários mensais estáveis.

Esta empregada diz que o seu contrato é de 50% do dia de trabalho, mas com horas adicionais pode ser até 90%. O seu horário de trabalho mínimo é de duas horas. Há que acrescentar os turnos divididos. Os turnos podem ser divididos entre umha hora, no mínimo, e cinco horas, no máximo. "A empresa fai isso para passares mais tempo ali. Há alturas em que vais trabalhar às 4 da manhã e sais do trabalho às 18 horas", aponta. Para muitas trabalhadoras, nom vale a pena partirem e regressarem ao aeroporto no mesmo dia.

Além disso, as pessoas trabalhadoras do *handling* som obrigados a trabalhar as chamadas horas perentórias. O convénio coletivo geral do sector de serviços de assistência em terra nos aeroportos, assinado polos sindicatos CCOO, UGT e USO, define como horas perentórias "aquelas que se originam por impontualidade das aeronaves, na troca de turnos, ausências imprevistas, serviços ou reparaçons urgentes e outras circunstâncias". Assim, se um aviom programado ainda no chegou no final do seu horário de trabalho, o trabalhador deve aguardar a que chegue e dar serviço.

Greves na tripulaçom de cabina

Mas, as condiçons som ainda piores para a tripulaçom de cabina (TCP) que nom conta com convénio próprio. Os quadros de TCP da Ryanair e da Iberia Express fôrom chamadas à greve em todo o Estado polos sindicatos USO e SITCPLA. A Ryanair abandonou as negociaçons com estas centrais sindicais para o que seria o seu primeiro acordo coletivo e depois acordou aumentos salariais com as CCOO. Isto levou à atual chamada para umha greve semanal de quatro dias até janeiro.

Fontes próximas às trabalhadoras assinalam que o pessoal de cabina da Ryanair só cobra as horas que estam em voo, nom cobram polo tempo que o aviom está parado por algum incidente nem nas horas conhecidas como *airport standby*, de permanência no aeroporto para realizar algumha substituiçom, em caso de que seja necessária. Segundo indicam ao Novas da Galiza, desde o início da greve, a presença de trabalhadoras da Ryanair a fazer horas de *airport standby* veio a aumentar. As dificuldades que a RyanAir está a colocar para que esta greve tenha sucesso está a limitar o seu efeito.

Em Compostela duas pessoas fôrom dispensadas pola Ryanair por exercerem o seu direito à greve. Em cada dia de greve, a companhia envia cartas a todos os seus funcionários a informar de serviços mínimos de 100%, o que excede os limiares estabelecidos pelo Ministério dos Transportes espanhol. As duas pessoas demitidas nom recebêrom esta carta, e, portanto, nom aparecêrom no posto de trabalho, o que provocou que a Ryanair decidisse despedi-los. No conjunto do Estado espanhol, a USO e a SITCPLA denuncia que se produzírom 11 despedimentos. Estes sindicatos anunciam um processo contra a Ryanair por violaçom do direito de negociaçom coletiva.

Sem turnos

Se existia a ideia de que o sector aeronáutico contava com boas condiçons para o seu pessoal, umha conversa com as pessoas trabalhadoras desmente-o. As condiçons das empresas *low-cost* som as mais precárias, mas companhias como a Iberia, que conta com convénio próprio, começárom a precarizar as condiçons de trabalho aproximando-as das *low-cost*.

A Iberia é umha das duas concessionárias responsáveis polo *handling* no aeroporto –além da WFS, mas a AENA também permite que empresas que o desejem, como a Ryanair, tenham ou seu próprio *handling*. Um dos seus trabalhadores indica que "agora praticamente nom há turnos, é só programaçom de horários". Na Iberia, a flexibilidade horária e o exercício de horas perentórias fai com que "a companhia nom tenha a obriga de cobrir os turnos. Se a companhia nom tivesse a possibilidade de exigir ao trabalhador que ficasse, teria de cobrir o turno". Esta flexibilidade no horário de trabalho tem levado a conflitos relacionados com a reconciliaçom familiar.

O quadro de pessoal do *handling* da Iberia encontra-se em retrocesso. "Se há unos anos éramos cerca de 200, agora nom chegamos a 100 e a carga de trabalho é muito mais elevada", confessa este trabalhador. Na companhia convivem até cinco tipos diferentes de contrataçom: "fixos sujeitos a turnos –pessoal próximo da reforma e numericamente pouco significativo–, por tempo inteiro –que tenhem um horário de trabalho de determinadas horas por ano, que é distribuído como quer a companhia–, logo passamos a um contrato de fixo a tempo parcial, depois venhem ainda os fixos descontínuos e, finalmente, o pessoal eventual".

A atomizaçom laboral no aeroporto é extrema. A precarizaçom laboral é umha realidade para todo o pessoal, mas quando estoura um conflito laboral em qualquer umha das empresas –como é atualmente na Ryanair e na IberiaExpress– nom encontra eco no resto dos trabalhadores. Em 2019, houve um momento de luta unida de todo o pessoal do terminal, quando o entom diretor do aeroporto, Ricardo López Navarro, decretou o encerramento da cantina, o que significou o desaparecimento de um espaço de reuniom para o pessoal dos vários quadros e um aumento do preço dos menus disponíveis para os trabalhadores. Após a parêntese da COVID, o número de utilizadores do aeroporto atingiu números recorde, enquanto as condiçons de trabalho continuam a piorar.

os pés na terra

erik dobaño

A vitória no Tribunal Supremo do Estado no caso do projeto do parque eólico do Iríbio e a paralisaçom cautelar polo Tribunal Superior de Justiça da Galiza dos polígonos de Campelo e Bustelo, na comarca de Bergantinhos, e os de Greenália som os factos recentes do movimento antieólicos no país, que se rearma para lhe botar outro pulso às corporaçons energéticas na defesa contra a invasom eólica e, no início de dezembro, volverá manifestar-se nas ruas (o dia 11, dia das montanhas) e organizará umhas jornadas em Ponte Vedra (previstas para o seguinte fim de semana) onde se começará a desenhar umha alternativa. Num lugar visível na primeira linha da luita está Belén Rodríguez, como secretária executiva de ADEGA e desde a 'Coordenadora Eólica Así Non'.

Belén Rodríguez
secretária executiva de ADEGA e membro da 'Coordenadora Eólica Así Non'

borxa toxa

"As elétricas som quem decidem o modelo energético que nos estám a impor"

No caso do Iríbio, di algo a sentença de que há que fazer agora e quem tem que enfrentá-lo?
Nom, nom di nada sobre isso, mas pensamos que terá que ser a Junta, a quem a sentença lhe recrimina a sua atuaçom, quem deveria restaurar ambientalmente, e de maneira urgente, a zona afectada –lembremos que está na Rede Natura–; causárom-se danos no meio e, também, a elementos patrimoniais.

Quando começárom os coletivos ecologistas a perceber as dimensons do problema?
Pode que fosse precisamente o caso do Iríbio o que nos alertou. Foi em 2018 quando soubemos que se andavam a remover antigos expedientes de parques eólicos. Um deles era este, onde chamava a atençom que se tentara fazer valer umha declaraçom de impacto ambiental emitida havia catorze ou quinze anos. Pretendiam sacá-lo adiante com umha simples modificaçom do projeto, mas neste lapso cambiaram muitas cousas, como as dimensons dos aerogeradores e mesmo dos parques. Naquela altura começavam a resgatar das gavetas expedientes de parques eólicos que estiveram guardados entre 2005 e 2016. Começamos a escoitar falar de transiçom energética e ver como as grandes energéticas punham o foco na eólica. Depois, no ano 2020, veu a enxurrada de projetos.

"Em 2018 soubemos que se andavam a remover expedientes de parques eólicos. Um era o do Iríbio, onde se tentava fazer valer umha declaraçom de impacto ambiental emitida havia catorze ou quinze anos"

Que papel joga o Plano Sectorial Eólico nesta invasom?
Pois é o instrumento que utiliza a Junta para dizer que a sua política de desenvolvimento eólico está ordenada. O problema é que este plano fixo-se em 1996 e apenas sofreu umha pequena modificaçom a princípios de século. Leva duas décadas sem se adaptar nem à nova normativa autonómica, estatal e europeia, nem aos câmbios que experimentou o sector. O único que sinala o plano som as zonas do país em que há quantidade importante de recurso, o vento, e mais nada. Nom se pode considerar como instrumento de planificaçom territorial, é um guieiro para as grandes produtoras que lhes di onde colocar os parques para sacar-lhes um maior rendimento.

Serviu para distribuir o território entre as corporaçons?
Em realidade, a potência instalada hoje em dia, arredor dum 75% dela, já se concedeu às diferentes empresas entre finais dos anos 90 e princípios de 2000. O Plano Sectorial nem sequer passou a avaliaçom ambiental para determinar que capacidade de carga tem o nosso território.

Quais som as cifras desta invasom em marcha?
O cálculo aproximado quanto ao número de projetos em tramitaçom, contando os que levam a via do Ministério de Transiçom Ecológica e os que vam através da Administraçom galega, é

duns 300, mas cada dia aparecem novos projetos, nomeadamente, projetos que venhem de atrás.

Pode assumir o país, do ponto de vista ambiental, paisagístico e patrimonial, tal quantidade de novos parques eólicos?

Ao nom termos umha avaliaçom ambiental estratégica sobre esta enxurrada de parques, carecemos dum documento que defina esta questom. Em qualquer caso, desde ADEGA e sem ter esse documento, pensamos que nom. Nom é assumível. A Galiza já tem umha carga importante com as centrais hidroelétricas, e já há 184 parques eólicos em funcionamento. A Galiza representa o 5% do território do Estado e achega ao conjunto o 14% de toda a energia renovável que se produze. Ademais, desde há dous anos, a Galiza já está cumprindo os objetivos de geraçom de eletricidade marcados pola Uniom Europeia para 2030.

A Galiza produze mais eletricidade da que consome?

Sim. Outra cousa é a energia, toda a energia que demandamos. Somos, por exemplo, um território dependente de combustíveis fósseis, que consumimos em transporte, calefaçom e indústria. Mas esta nom é umha circunstância que afete só à Galiza, passa com todos os demais territórios do Estado. A questom está em se toda essa energia que demandamos pode ser substituída por energia elétrica. E já há expertas que advertem que isso é impossível.

Que significa isso dentro do contexto que se denomina 'transiçom energética'?

Pois, se nos atemos a essa leitura, o que significa é que temos a obriga de fazer umha funda revisom do modelo energético e ver que parte se pode substituir com electricidade, e que parte nom. E, provavelmente, cheguemos à conclusom de que há que começar a reduzir a nossa demanda de energia; e nom só no relativo à quantidade, também à qualidade, isto é, se podemos produzir doutro jeito, nom só através de infraestruturas macro, mas também desde o autoabastecimento.

"A Galiza já tem umha carga importante com as centrais hidroelétricas, e já há 184 parques eólicos em funcionamento"

"A estratégia das corporaçons energéticas é somar-se ao discurso verde, e dim que estas energias e o seu modelo som a única alternativa"

Mas nom parece esse o caminho desta transiçom?

Nom o é. É o mesmo modelo centralista e oligopólico que se aplicou com as energias fósseis.

É a definiçom desse modelo alternativo ou som as diferenças sobre a estratégia de oposiçom frente da invasom o que gera mais tensons entre as plataformas que participam nesta luita?

Penso que as tensons venhem às vezes por questons de matizes. Desde ADEGA, e também desde a 'Coordenadora Eólica Así Non', entendemos que a energia eólica é necessária, que temos que ir abandonando as energias fósseis por outras que sejam mais ajeitadas para a questom de fundo, que é como enfrentar o câmbio climático. Estamos a favor das renováveis, mas o matiz está na forma e na quantidade. Eu creio que há plataformas que interpretam esse 'nom' aos eólicos como um absoluto "nom queremos eólicos no nosso território" ou como um "até aquí! Nom queremos mais eólicos no nosso território!". E há plataformas que nom se oponhem a novos projetos, mas que sejam projetos com critérios de carácter ambiental e social, assumíveis e justos.

Há projetos com esses critérios acima da mesa?

Todos os que estám a sair som macroprojetos, planos a grande escala. Já há quem lhe chame centrais eólicas.

borxa toxa

Que determina que só se promovam este tipo de projetos?

Quem decide o modelo energético que nos estám a impor som as elétricas e as grandes companhias produtoras de energia. As Administraçons acabam sendo o braço executor dessa política e a grande falácia é que se consideram estes macroprojetos eólicos como de utilidade pública. É umha perversom do papel das Administraçons e do interesse público em benefício do lucro privado.

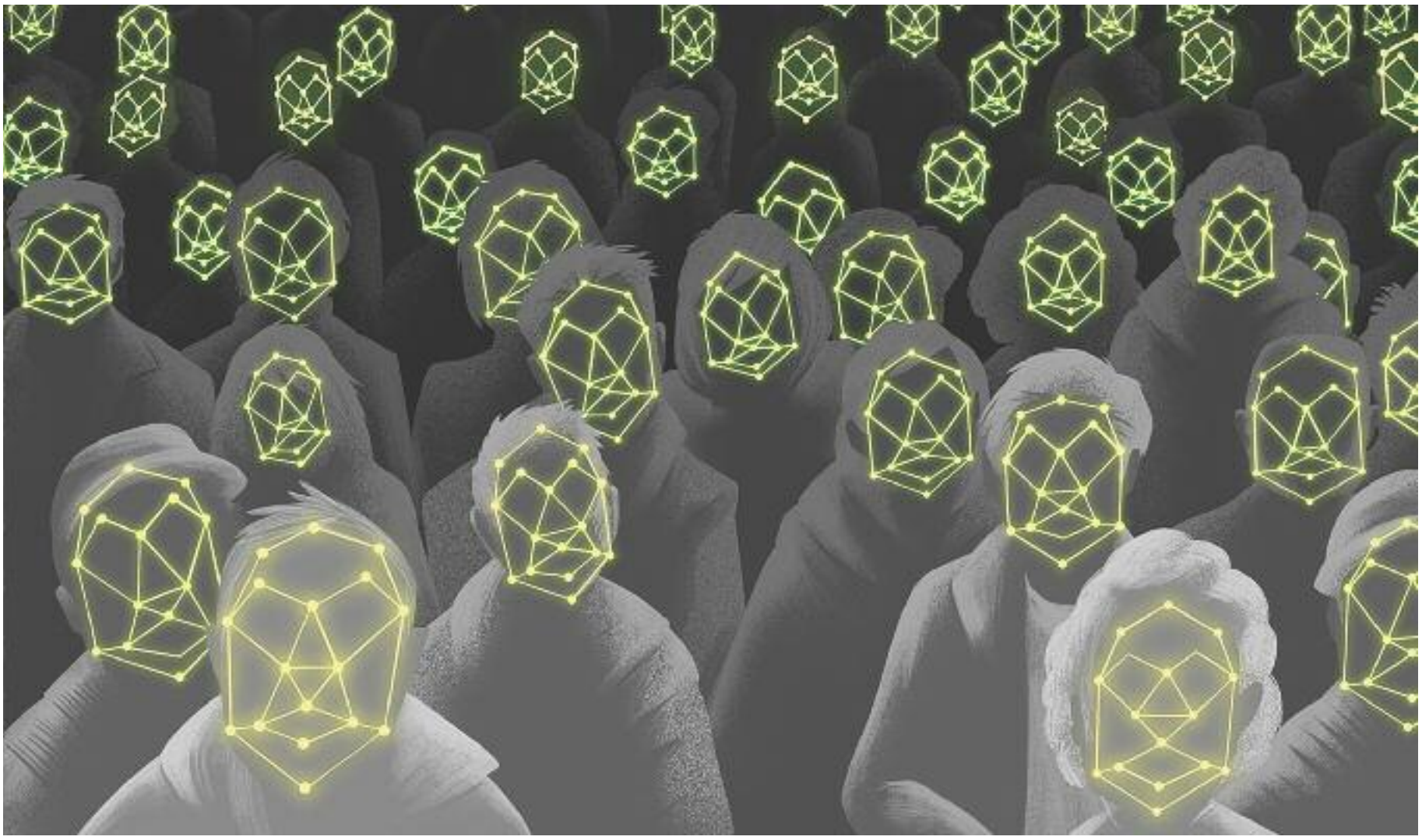
Como se defende o país contra esses interesses?

Pois organizando-nos. Primeiro, para frear esta desfeita ambiental, social e cultural; e, depois, para exigir que as renováveis se implantem com planificaçom e critério, porque o que enfrentamos é umha explotaçom colonial dos nossos recursos, sem que nada reverta no país e o único que produza é mais abandono do rural.

Qual é a grande falácia no discurso das corporaçons?

Que som energias inócuas. A estratégia das corporaçons energéticas é somar-se ao discurso verde, e dim-nos que estas energias e o seu modelo som a única alternativa. A sua grande falácia é dizer que nom há alternativa possível a como se está a desenvolver esta transiçom. Mas sim que há alternativas. O ecologismo leva mais de vinte anos advertindo que havia que planificar a transiçom energética. Nom se nos fijo caso. Agora, venhem as urgências e, no canto de planejamento, o que temos é desregulaçom.

panóptico



CONTROLE POLICIAL /

Os avances tecnológicos contra as pessoas racializadas

david soto
esculca

Uma pessoa não-branca tem mais hipóteses de ser submetida a um controlo policial na rua do que uma pessoa branca, em quase todos os Estados da União Europeia. Isso indicam os resultados do último informe da Agência Europeia de Direitos Fundamentais de 2021. Por exemplo, se no Estado espanhol, durante o período estudado, 4% das pessoas foram objeto duma identificação policial na rua, a percentagem crescia até 14%, caso de pessoas com origem magrebina e até 32%, caso de pessoas de etnia cigana. Nos Países Baixos, a taxa geral de pessoas identificadas pelos corpos policiais era de 10%, crescendo para 29% de pessoas ciganas e, por fim, se a taxa geral era de 10% em Áustria, crescia para 49% quando se tratava de pessoas subsaarianas.

Esta prática tem o nome de *racial profiling* ou perfilamento racial e é uma estratégia das forças policiais que nasce da crença de que certos grupos sociais têm tendência a cometer factos criminosos. Trata-se duma perspetiva instalada na cultura policial dos países do norte global desde há muito tempo. Mas é um problema que pode agravar-se com os últimos avanços tecnológicos. Esta é a tese que defende a organização britânica de defesa dos direitos civis Statewatch.

No recente estudo de Statewatch, intitulado 'A construção do Estado biométrico: poderes policiais e discriminação', descreve-se como, desde princípios de século, a UE vem financiando projetos de investigação no âmbito biométrico. Assim, a melhora da tecnologia que serve para identificar pessoas a partir das suas caraterísticas físicas tem sido financiada com mais de 290 milhões de euros durante os últimos 23 anos e quase um 40% de todo esse dinheiro tem-se dirigido ao desenvolvimento da tecnologia biométrica para fins de segurança pública. Como se diz no informe, "a imensa maioria dos projetos de investigação tem tratado de achar novos meios e formas de identificação e autenticação biométrica (incluído o reconhecimento da andadura, a análise da fala, junto com os métodos tradicionais de reconhecimento facial e das impressões digitais)".

> O perfilamento racial é uma estratégia das forças policiais que nasce da crença de que certos grupos sociais têm tendência a cometer factos criminosos

Pois bem, um dos principais âmbitos de aplicação da biometria é o controlo de fronteiras e a identificação de migrantes irregulares. Um dos pilares deste sistema de controlo é a base de dados Eurodac. Quando uma pessoa ingressa como solicitante de asilo na UE, as suas impressões digitais são armazenadas em Eurodac, de forma que seja possível identificar essa pessoa em qualquer momento, em qualquer lugar da UE. O problema é que, quando uma pessoa ingressa num Estado da UE –normalmente os estados fronteiriços–, deve pedir asilo nesse Estado e não tem permitido sair dele até re-

ceber uma decisão final sobre a sua solicitude. Caso a pessoa saia do território desse Estado, a sua solicitação deve ser denegada e uma ordem de expulsão ordenar-se-ia contra ela. Por isso, Eurodac faz com que a situação destas pessoas seja muito mais precária.

A recoleção de dados biométricos de pessoas migrantes tem sido muito criticada a nível europeu e mundial. Nalgum caso por afetar menores de idade, como no Reino Unido, onde se tem denunciado que a polícia de fronteiras recolhe dados biométricos de meninos de apenas dois anos de idade. O tratamento desses dados também resulta problemático, e sabe-se que têm acontecido erros de segurança nas Filipinas e na Coreia do Sul que resultaram em roubos de dados biométricos. Também existem denúncias no Afeganistão de que os Taliban estão a utilizar os dados biométricos compilados pelas forças militares dos EUA para identificar cidadãos afegãos que colaboraram com tais forças, com o objetivo de tomar represálias.

Na Europa, a execução duma política migratória concebida desde coordenadas securitárias tão só pode ter lugar desde a assunção do perfilamento racial. Com efeito, existem múltiplas denúncias de identificações arbitrárias a pessoas racializadas nas fronteiras interiores da UE. Neste sentido, Iker Barbero tem analisado o caso da fronteira entre Irun e Hendaia, concluindo que a fronteira interna entre a França e a Espanha continua a ter vigência para as pessoas racializadas. Também existem estudos referidos à fronteira entre a Itália e a França que chegam a conclusões similares. Para além disso, também se têm dado denúncias sobre a utilização do perfilamento racial para encher voos de deportação. Quando as autoridades dum Estado da UE e outro africano chegam a um acordo para a deportação de vários nacionais dos Estados africanos, é habitual que os agentes de polícia europeia recebam a ordem de localizar cidadãos dos Estados africanos para encher os aviões em que se realizará a deportação. Tem-se denunciado que as autoridades espanholas e italianas levam a cabo este tipo de práticas. Pois bem, tanto a prática de identificações em fronteiras internas como a de localização de pessoas migrantes para encher voos de deportação costuma realizar-se mediante perfilamento racial. E o uso de ferramentas biométricas tem como objetivo fazer mais eficiente tais práticas.

american civil liberties union

> O perfilamento racial deve entender-se proibido pela legislação europeia e as legislações dos estados membros da UE, ao ser contrário ao princípio de igualdade e não discriminação. Contudo, é uma prática altamente tolerada

O que diz o Direito sobre estas práticas? Em primeiro lugar, há que salientar que o perfilamento racial deve entender-se proibido pela legislação europeia e as legislações dos estados membros da UE, ao ser contrário ao princípio de igualdade e não discriminação. Contudo, é uma prática altamente tolerada e mesmo pode-se afirmar que é parte essencial da cultura policial europeia.

Quanto ao tratamento de dados pessoais, a regulação é muito ambígua. Certamente, o Direito europeu de proteção de dados pessoais –muito louvado como pioneiro nesse âmbito– acolhe uma série de exceções que permitem não aplicar certos preceitos legais quando se trata de garantir conceitos jurídicos tão indeterminados como a 'segurança nacional' ou a 'segurança pública'. Para além disso, vários informes da autoridade supervisora europeia de proteção de dados têm apontado a que os regulamentos internos de Frontex –a agência europeia encarregada do controlo de fronteiras– têm numerosas deficiências em matéria de proteção de dados pessoais ou que a regulação de Eurodac obvia os preceitos obrigatórios neste âmbito.

Em conclusão, é preciso assinalar que o desenvolvimento de tais tecnologias não é transparente, não responde a necessidades sociais reais e é um perigo imediato para as pessoas migrantes –e potencial para toda a cidadania–. A sociedade civil deve ter consciência deste fenómeno e exigir que o uso da tecnologia não sirva para deteriorar os direitos civis.

José Manuel Barbosa
Porque caiu a Galiza?
A Coroa Galaica durante a Era Compostelana

Através editora

Operaçom no hospital privado de Lugo, Rivera Polusa.

FINANCIAMENTO PÚBLICO A EMPRESAS /

Consolida-se no país a aposta na sanidade privada

maria álvares rei
mariaalvaresrei@novas.gal

Da chegada do Feijóo ao executivo galego, no Sergas os convénios com a sanidade pública aumentárom em 20%. No último exercício computado (2020), a Junta financiou a sanidade privada com 209 milhons de euros. A maioria destas clínicas pertence a fundos 'abutre', cujo assentamento está a favorecer a Administraçom galega através de diversas fórmulas como os concertos.

Mari Carmen Panizo, reformada e residente de Cervo (A Marinha) sofria de artrose na anca há anos, o que a impossibilitava de levar umha vida normal. A dor aumentava a medida que passavam os meses, sendo tam intensa que já quase nem caminhava.

Em 2021, a sua médico de família encaminhou-na para um especialista em traumatologia, após 13 meses na lista de espera. Depois de explicar o seu caso e perguntar se era possível ser operada polo especialista que a atendia, este ofereceu-se para a colocar noutra lista de espera para cirurgia: "Pensei que demoraria algum tempo, mas, depois de um mês e meio, estavam a chamar-me para umha cirurgia privada em Lugo, no Hospital Rivera Polusa. Eu som defensora da sanidade pública, mas quando a dor complica a vida e te oferecem para te operares em apenas um mês, nom podes dizer que nom. A operaçom correu bem, o maior problema é que tenho de fazer todo o acompanhamento em Lugo, que fica a umha hora e meia de casa, com as consequentes despesas. Sabendo que temos um hospital público como o de Burela, com grandes profissionais e muito bem equipado".

> Em 2020 o governo galergo entregou 209 milhons à saúde privada. Deles, 129 milhons som dirigidos para o atendimento especializado, como exames diagnósticos, cirurgias, medicina nuclear ou TAC

Encaminhamentos constantes

Umha operaçom como a de Mari Carmen custa cerca de 12 mil euros, dinheiro que o Sergas acabou pagando ao grupo Rivera Polusa.

Em 2020, o governo galego entregou 209 milhons de euros à saúde privada, segundo dados recolhidos no último Relatório de Fiscalizaçom da Conta Geral do Serviço Galego de Saúde elaborado polo Conselho de Contas. Um 60 % dos quais, 129 milhons, som dirigidos para o atendimento especializado, principalmente casos relacionados com exames diagnósticos, cirurgias, serviços de ressonância magnética, medicina nuclear e TAC. Muitos destes serviços som desenvolvidos polos mesmos médicos que trabalham no sector público .

O Conselho de Contas admite que para encaminhar determinados serviços "nom se emprega nengumha fór-

mula contratual. Funciona através de autorizaçons de utilizaçom", fórmula que, segundo reconhece o órgao de fiscalizaçom "carece de apoio para ser com esta finalidade e viola os princípios essenciais da contrataçom pública".

Nos últimos cinco anos, o Sergas encaminhou 117 mil cirurgias –10% das operaçons realizadas no país– e 300 mil exames diagnósticos para a saúde privada. Porem, o diretor de Assistência Sanitária do Sergas, Jorge Aboal indicava no passado mês de maio em audiçom parlamentar que "desde 2017 a 2021 só foi encaminhado para a privada 2,6% do total de pacientes do Sergas". O que supom 16 milhons de actuaçons e "1,56% do orçamento geral" defendia Aboal após audiçom parlamentar a pedido do BNG.

Por áreas de saúde, as que mais encaminham som Ferrol, com 28% das cirurgias e 4,5% dos testes diagnósticos, e Ourense, com 14% das cirurgias e 4,55% dos testes diagnósticos.

Por seu lado, nos últimos meses, a Associaçom de Hospitais Privados da Galiza (Ahosgal) reivindicou nalguns jornais galegos mais transferências, umha vez que da Ahosgal alegárom que "encaminhar poupa dinheiro à saúde galega" depois de saber que os encaminhamentos aumentárom, só na área de Vigo, em 112% desde 2015. Entretanto, reclamavam a atualizaçom de preços que, segundo denunciam, "permanecem pasalisados desde 2008, enquanto o IPC aumentou em 30%".

Em 2015, abria as portas o Hospital Álvaro Cunqueiro (Chuvi), que custou 1.350 milhons de euros à Junta, face aos 450 milhons previstos inicialmente. Um modelo de hospital público com gestom privada, anunciado por Feijóo como o "porta-estandarte da saúde galega", concebido para "descongestionar" a área de Vigo, que atendia 600 mil utentes, e aliviar as listas de espera da zona mais populosa do país, mas na atualidade aumentou em 20% só no capítulo de encaminhamentos para a saúde privada.

Os hospitais privados que recebêrom mais encaminhamentos com origem no Chuvi som, nesta ordem: Vithas Vigo (Fátima), Concheiro, Quironsalud Domínguez, em Pontevedra, e o Povisa.

Nos últimos cinco anos, o Sergas encaminhou 117 mil cirurgias –10% das operaçons realizadas no país– e 300 mil exames diagnósticos para a saúde privada

Gasto de bolso

SOS Sanidade Pública denuncia também o aumento do conhecido como gasto de bolso como parte da privatizaçom da saúde. Esta gasto é o derivado de despesas médicas nom cobertas pola segurança social. Som gastos derivados de serviços como odontologia, próteses e ortoses, fisioterapia ou compra de medicamentos. Segundo dados da Plataforma, a cada ano cada habitante gasta 457 euros ou 2.000 euros por família nestes serviços.

Da plataforma denunciam a fenda social que isto origina, convertendo-se em "produtos de luxo" para muitos cidadaos.

Mais orçamento que nom reverte na melhoria da atençom primária

Da Plataforma SOS Sanidade Pública, o seu porta-voz Manuel Martín sublinha que apesar de a Junta ter aumentado as despesas de saúde nos últimos dous anos e representar já 34% do orçamento: "os fundos estám destinados a cuidados hospitalares, que cresceu em 16,6%, mas o seu funcionamento está longe de ser ótimo por reservar camas e recursos para a Covid, o que terá gerado um colapso nas listas de espera, prova diagnósticas e cirurgias. Outra parte importante do orçamento destinou-se a compra de equipamento tecnológico a multinacionais, mas onde verdadeiramente fazia falta investir, que é na atençom primária, base do sistema público, e essencial para a prevençom e promoçom da saúde, o orçamento foi cortado em dous milhons de euros".

Da SOS Sanidade sinalam que em 2009 a despesa destinada ao sector privado foi de 25% e atualmente está em 31%. Alertamos que "se esta tendência continuar, em 20 anos, a saúde será privatizada na sua totalidade".

Hospitais privados nas maos de fundos abutres

Os hospitais privados, que antes pertenciam a pequenas empresas familiares ou cooperativas médicas, mudárom de maos com o governo de Feijóo, que facilitou estas operaçons tal como figérom outras comunidades governadas polo PP, como Madrid ou a Comunidade Valenciana.

Em 2017, a Quironsalud foi comprada polo grupo de saúde alemao Fresenius Helios, o maior grupo de saúde da Europa. Em apenas dous anos, só por esta operaçom obtivo 2,6 milhons de euros pagos polos cofres públicos.

Da SOS Sanidade sinalam que em 2009 a despesa destinada ao sector privado foi de 25% e atualmente está em 31%. Alertamos que "se esta tendência continuar, em 20 anos, a saúde será privatizada na sua totalidade"

direitos

Rivera Salud gerida pelo Banco Sabadell e Centene Corporation comprou a Povisa de Vigo em 2019 e 54% do Hospital Polusa de Lugo em 2020. O seu director executivo é Alberto de Rosa Torner, quem foi Conselheiro da Justiça da Comunidade Valenciana com Francisco Camps

O diretor de Assistência Sanitária do Sergas, Jorge Aboal.
xunta.gal

Em 2016, o Hospital Dominguez em Pontevedra foi vendido a este fundo, que estava muito interessado neste hospital por ter contratado serviços para atender a saúde pública. Na atualidade, a Quironsalud já conta com três hospitais no País (na Corunha, Lugo e Pontevedra) e diversas clínicas espalhadas pola geografia galega.

Rivera Salud gerida pelo Banco Sabadell e Centene Corporation –fundo de investimento dos EUA– comprou a Povisa de Vigo em 2019 e 54% do Hospital Polusa de Lugo em 2020. À frente do grupo encontra-se, como diretor executivo, Alberto de Rosa Torner, ex-Conselheiro da Justiça da Comunidade Valenciana com Francisco Camps.

Estas empresas financeiras com domicílios, em termos de tributaçom, em paraísos fiscais eludem milhares de milhons de euros às Finanças Públicas.

Fórmulas que facilitam concertos

Desde a chegada de Feijóo à Junta desenhárom-se diversas fórmulas para garantir o travasse de pacientes a centros privados, umhas das mais conhecidas som os concertos parciais em que o Segas garante o envio de volumes de pacientes a treze centros privados.

Outras fórmulas ensaiadas polos populares som os concertos substitutivos, nos quais se presta toda atividade assistencial a umha populaçom designada polo Sergas (destes concertos beneficiam-se três hospitais) e os concertos singulares polos quais a Clínica Povisa, de titularidade privada, integrou-se na Rede de Hospitais de uso público.

Várias plataformas em defesa do sistema público de saúde do Estado calculam que desde o ano 2007 o Estado deixou de arrecadar 23 000 milhons de euros devido à evasom fiscal por parte dos vários fundos 'abutre' que operam no sistema de saúde estatal.

Aumenta a contrataçom de seguros privados

A política de paralisaçom de todas as atividades hospitalares para atendimento à Covid, favoreceu o aumento em 3% a contrataçom de seguros privados, o que elevou a despesa per capita de 98 euros em 2014 para 121 em 2021, segundo dados da SOS Sanidade Pública.

Na plataforma insiste-se em que a maioria dos seguros subscritos som seguros lixo com quotas de 15 euros mensais incompatíveis com a cobertura real dumha enfermidade, que custaria cerca de 600 euros.

sacauntos cooperativa gráfica
imagem corporativa
design web e editorial
impressom de livros e revistas
grande e pequeno formato
www.sacauntos.com

o bom viver

país / o léxico galego / 20
cultura / língua / 22

O ocaso da caça miúda

Nesta ocasiom, João Aveledo, na sua seçom 'A Galiza Natural' achega-nos à triste situaçom em que se encontram as principais espécies cinegéticas que tradicionalmente têm protagonizado a caça miúda: o coelho, a lebre e a perdiz. O declive destas espécies são bons exemplos de como o intervencionismo humano na Natureza pode causar desastres ambientais, mesmo que esse intervencionismo –como controles de pragas ou repovoamentos–esteja carregado de boas intençons. página 18

Perdiz vermelha ('Alectoris Rufa').

A GALIZA NATURAL /

O ocaso da caça miúda

joão aveledo

Nos meados de outubro começa tradicionalmente a época venatória em que é permitida a chamada caça miúda ou menor. A caça tem sido uma atividade de lazer comum entre os camponeses, o que numa perspetiva histórica fazia todo o sentido, pois proporcionava um importante aporte proteico em tempos de grandes carências alimentícias, para além de eliminar animais daninhos para as colheitas ou predadores do gado. No entanto, a cada ano que se passa, o número de licenças diminui devido ao despovoamento do meio rural, ao envelhecimento da sua população e, felizmente também, ao aumento progressivo do respeito pola natureza entre a mocidade. Assim, passou-se das quase 80.000 licenças, há um quarto de século, às 35.000 atuais... Ora não era da decadência da caça do que queríamos falar, mas da triste situação em que se encontram as principais espécies cinegéticas que tradicionalmente têm protagonizado a caça miúda: o coelho, a lebre e a perdiz.

O coelho-bravo ou coelho-europeu (*Oryctolagus cuniculus*) era, até a segunda metade da passada centúria, uma espécie muito abundante nos montes galegos e nos de toda a Europa, sendo o principal alvo dos caçadores galegos. Foi nessa altura que surgiu uma doença vírica, que iria dizimar as suas populações. A epizootia causada polo *Myxoma* originou-se em 1950, quando este vírus foi deliberadamente introduzido na Austrália, seguindo a estratégia da prestigiada médica Annie Jean Macnamara –Dama Comandante da Ordem do Império Britânico polas suas contribuições na erradicação da poliomelite–, numa tentativa de controlar na ilha a praga de coelhos-bravos –espécie invasora trazida da Europa no século XIX. Em 1952, outro respeitado microbiologista, Paul Félix Armand-Delille –membro da Academia de Medicina Francesa e Comendador da Legião de Honra polos seus trabalhos sobre a malária–, libertou exemplares infetados no Chateau Maillebois, em Rambouillet, convencido de que a doença não poderia sair duma propriedade com muro todo à volta. Erro gravíssimo. A enfermidade propagou-se rapidamente por toda a França e logo por toda a Europa. O vírus do *Myxoma* causa uma infeção leve no seu hospedeiro natural, uma espécie de coelho da mata atlântica brasileira chamado tapiti-comum (*Sylvilagus brasiliensis*), não obstante, é extremamente virulento na espé-

Quando os coelhos começavam a recuperar-se da mixomatose, em 1988 chegava outra epizootia, a doença hemorrágica viral (DHV)

Coelho-bravo ('Oryctolagus cuniculus').

cie europeia (na França na temporada de caça 1956-1957 calcula-se que a população de coelhos diminuíu em mais dum 95%). E quando os coelhos começavam a recuperar-se de forma natural da mixomatose, em 1988 chegava à Península Ibérica outra epizootia, a doença hemorrágica viral (DHV), provocando uma redução média nas populações de quase o 50% no primeiro lustro. Lamentavelmente, para paliar a falta de coelhos as sociedades de caçadores fizeram repovoamentos incontrolados, que em muitos casos incluíam híbridos com a variedade doméstica, mais prolífica que a selvagem, o que originou efeitos catastróficos com populações pior adaptadas aos condicionantes ambientais. Por outra parte, o coelho-bravo constitui uma espécie-chave nas cadeias alimentares, polo que a sua diminuição tem posto em risco diversas espécies de predadores, como o lince-ibérico (*Lynx pardinus*), atualmente extinto na nossa terra, a águia-real (*Aquila chrysaetos*), o bufo-real (*Bubo bubo*), etc.

Na Galiza, temos outras duas espécies de lagomorfos: A lebre-ibérica (*Lepus granatensis*) e a lebre-de-piornal (*Lepus castroviejoi*), esta circunscrita à Serra dos Ancares. O declínio das lebres tem tido uma causalidade diferente à dos seus parentes, os coelhos. E entre essas causas, todas ligadas de alguma maneira às profundas transformações acontecidas no mundo rural (perda de habitats, incêndios, agricultura intensiva, novas infraestruturas...), destaca-se a caça clandestina feita desde veículos que deslumbram as lebres com os seus faróis, facto favorecido pola proliferação de estradas e caminhos florestais. Ademais, em 2018, descreviam-se no sul da Península os primeiros casos de mixomatose em lebres provocadas polo vírus ha-MYXV; mutações no DNA do vírus do coelho teriam facilitado este salto entre espécies do que ainda desconhecemos quais vão ser os seus efeitos.

A perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), uma ave galiforme até há umas décadas muito frequente, tem sofrido um enorme declive, até ao ponto de a podermos considerar praticamente extinguida, na sua variedade selvagem, na maior parte do nosso país. Este declive explica-se por vários fatores relacionados com as mudanças experimentadas polo campo galego: perda da qualidade dos principais habitats, diminuição drástica das culturas tradicionais de cereais (trigo, centeio e cevada), intensificação agrária com práticas agressivas para a fauna (mecanização, praguicidas...) e também por repovoamentos incontrolados de 'perdizes de granja' que empobrecem geneticamente as populações autóctones. As perdizes que agora vemos no início do outono são o resultado das repovoações realizadas polos Tecores (terrenos cinegeticamente ordenados). São perdizes provenientes de aviários, onde não atua a seleção natural, e que carecem da adequada capacidade de adaptação à vida silvestre, apresentando uma docilidade própria dos animais domésticos, o que as converte em presa fácil de predadores (raposas, martas, açores...) e dos próprios caçadores.

Estas mesmas causas são, essencialmente, as que explicam a rarificação doutro galináceo, a codorniz (*Coturnix coturnix*). Espécie migratória muito presente na cultura popular, ainda que pouco caçada entre nós, que tem reduzido as suas populações em 75% nos últimos tempos. Recebe na Galiza e Portugal a denominação onomatopaica de paspalhás ou outras similares que nos lembram o seu característico canto.

Coelhos, lebres e perdizes são bons exemplos de como o intervencionismo humano na Natureza pode causar desastres ambientais, mesmo que esse intervencionismo esteja carregado de boas intenções (controle de pragas, repovoamentos...), porque de boas intenções o inferno está cheio.

Carlos Garrido Rodrigues
filólogo

zélia garcia

"Para regenerar cabalmente o léxico galego e para disponibilizar nesta altura um modelo lexical idiomático e funcional na nossa língua é precisa umha coordenaçom constante com o léxico luso-brasileiro"

"É patente o estado de profunda castelhanizaçom que sofre o léxico galego"

redaçom

Carlos Garrido Rodrigues é professor na Faculdade de Filologia e Traduçom da Universidade de Vigo e presidente da Comissom Lingüística (CL) da Associaçom de Estudos Galegos (AEG). Especialista no âmbito da lexicologia e da traduçom científica, conversamos com ele em relaçom à publicaçom na Laiovento neste ano 2022 do seu 'O Escándalo do Léxico Galego: Análise da sua Lastimosa Degradaçom Histórica e Denúncia da sua Dolosa Falta de Regeneraçom Atual'.

Quais som as principais causas e fatores de degradaçom do léxico galego?

Os fatores de degradaçom formal e funcional que desde o séc. XVI –início da subordinaçom sociocultural do galego ao castelhano– e até ao momento presente tenhem incidido sobre o léxico galego, determinando a sua atual degradaçom, podem classificar-se em processos degradativos e em atitudes nom regeneradoras. Os processos degradativos som a variaçom sem padronizaçom (*fiestra ~ janela ~ *ventá*: qual o elemento supradialetal?; *doença* = *enfermidade*: qual o sinónimo mais frequente?; *beijo* = *bico*: qual o sinónimo coloquial, qual o formal?), substituiçom castelhanizante (ex.: **campá* por *sino*, **punto* por *ponto*, **osso* por *urso*, **azeite de girassol* por *óleo de girassol*, **cristal* por *vidro*), erosom e eventual suplência castelhanizante associada (que é feito de vocábulos galegos medievais cultos como *assaz*, *eis*, *cauda*, *cratera*, *marfim*?) e, finalmente, estagnaçom e suplência castelhanizante (porque galegos, portugueses e brasileiros coincidimos nos vocábulos *miolos* e *chumbo*, mas nom em *cérebro* e *oxigénio*? As lentes das *lentes* ou as lentes dos *óculos*?). Por sua vez, entre as atitudes nom regeneradoras encontram-se o diferencialismo nom regenerador (*acadar*, em vez de *alcançar*; *atopar*, em vez de *achar* ou *encontrar*) e a inibiçom e intervençom despropositada frequentemente mostradas hoje pola RAG=ILG perante cada um dos processos degradativos antes referidos, que lhes perpetuam ou agravam os efeitos.

Que consequências tem esta degradaçom lexical para a Galiza?

Para umha pessoa que observe com atençom a realidade linguística da Galiza hodierna é patente o estado de profunda castelhanizaçom e de marcada insuficiência expressiva que sofre na atualidade o léxico galego, e nom apenas nos usos informais da língua, como também naqueles que efetuam, oralmente ou por escrito, a esmagadora maioria dos galegos cultos, seguindo as prescriçons e modelos lexicais, claramente inadequados, dos agentes codificadores oficialistas. Dado que esta descaraterizaçom (por assimilaçom ao castelhano) e esta disfuncionalidade do léxico galego redundam no desprestígio social da nossa língua e na sua dialetalizaçom a respeito do castelhano, elas reforçam o processo de substituiçom lingüística que, em detrimento do galego, hoje tam avançado está na Galiza.

Que medidas de regeneraçom do léxico som precisas para reverter esta situaçom?

Como se explica no livro e como já tinha ficado patente numha monografia da minha autoria sobre o mesmo tema (*Léxico Galego: Degradaçom e Regeneraçom*, 2011), a estratégia mais eficaz (mais idiomática ou natural, mais coerente, mais económica, mais vantajosa do ponto de vista sociolingüístico) para regenerar cabalmente o léxico galego e para

disponibilizar nesta altura em galego um modelo lexical idiomático e funcional consiste, de harmonia com a tradiçom reintegracionista, na coordenaçom constante com o léxico luso-brasileiro, efetivada através da implementaçom de umha série de medidas regeneradoras fundamentais que som pormenorizadas nas obras referidas.

Há na Galiza algumha proposta lexicológica, lexicográfica ou terminológica em andamento que, além de fornecer um espaço alternativo ao da RAG=ILG (assim denomina a díade no livro), abra caminho na mesma linha que você propõe?

Essa proposta existe, si, e é, naturalmente, a do reintegracionismo. Nesse sentido, constitui um instrumento basilar *O Modelo Lexical Galego: Fundamentos da Codificaçom Lexical do Galego-Português da Galiza*, da CL-AGAL (2012; está em preparaçom umha segunda ediçom por parte da CL-AEG) e, numha linha lexicográfica aplicada, o grande dicionário internético do Prof. Estraviz (*e-Estraviz*), o *Manual de Galego Científico* (2011), os dicionários terminológicos plurilingues lançados pola CL-AEG (de futebol e de basquetebol) e, mais recentemente, o muito interessante *Dicionário Visual* da Através Editora.

Que ferramentas recomenda para construir um modelo lexical regenerador?

Dado que a chave é a coordenaçom lexical com as variedades lusitana e brasileira da nossa língua, nom cabe senom recomendar que os utentes cultos de galego mantenham um contacto comunicativo quotidiano com essas variedades socialmente estabilizadas, e através de todos os canais e recursos culturais disponíveis. Para já, no meu âmbito docente, p. ex., o recurso a dicionários bilingues (gerais e especializados) de inglês-português, francês-português, alemám-português, etc. revela-se indispensável. De resto, no antedito *Modelo Lexical Galego* oferecem-se critérios fundamentais para os utentes de galego irem configurando no uso, de forma essencialmente autónoma, o léxico-padrom do galego, que deveria apresentar um número nom desprezável de legítimos particularismos em relaçom aos padrons lexicais lusitano e brasileiro.

E, para além do léxico, quais som as medidas que acha urgentes e/ou imprescindíveis para travar o processo de interferência e substituiçom linguística do galego polo castelhano evidenciado na atualidade?

Em primeiro lugar, difundirmos socialmente a ideia da (evidente mas interesseiramente ocultada) unidade lingüística galego-portuguesa, de modo que o galego surja na consciência social como umha das variedades geográficas que integram umha potente língua de cultura de projeçom internacional, de um modo similar àquilo que acontece na Suíça com o seu 'peculiar' alemám. Tal medida servirá para promover o prestígio e a autoestima em relaçom ao galego, e deverá ser acompanhada, naturalmente, de umha substancial coordenaçom ortográfica e lexical galego-portuguesa e de umha receçom maciça e normalizada na Galiza de todo o tipo de produtos culturais da Lusofonia ou Galaicofonia. Portanto, a minha sugestom, plenamente coincidente com a proposta reintegracionista, pouco tem de original.

zélia garcia

O livro aposta numha planificaçom do léxico coordenada com as outras variedades do galego-português. Qual a abrangência dessa coordenaçom e como ela tem de ser implementada, através de quê procedimentos, interlocuçons ou estruturas?

O ideal seria que um ou vários organismos de caráter técnico –academia(s), instituto de terminologia etc.–, reconhecidos e promovidos polo poder político da Galiza, estabelecessem e regulassem um padrom lexical galego, com inclusom das terminologias das diversas especialidades, estreitamente coordenado com os padrons lexicais de Portugal e do Brasil. Portanto, é claro que esses organismos galegos teriam de ter comunicaçom e intercâmbio permanentes com os organismos homólogos dos outros países da Galaicofonia, sobretodo em relaçom à reduçom do polimorfismo terminológico e à cunhagem de neologismos. Além disso, a sociedade galega, em todos os seus sectores de atividade, teria de manter comunicaçom habitual, em galego-português, com os ámbitos sociais homólogos de, sobretodo, Portugal. É claro que, em detrimento da sobrevivência social do galego, estamos muito longe da situaçom descrita.

"É claro que os organismos galegos teriam de ter comunicaçom e intercâmbio permanentes com os organismos homólogos dos outros países da Galaicofonia, sobretodo em relaçom à reduçom do polimorfismo terminológico e à cunhagem de neologismos"

Território em que morou o 'índio do buraco'.
kanindé - associação de defesa etnoambiental

LÍNGUAS /

A riqueza que não conhecemos

iván cuevas

Em agosto deste ano era notícia a morte do "índio do buraco", possivelmente o indígena mais afamado da Amazónia brasileira. Contra o tópico jornalístico, parece difícil qualificá-lo como último representante dum "povo não contactado". Se o "índio do buraco" se mantinha isolado, era precisamente por causa dum contacto excessivo e letal: especula-se que a maior parte da sua tribo fora massacrada por fazendeiras na década de '70 e que o resto morreu num ataque de mineiras ilegais em 1995. Vivendo só desde aquela, continuou a sofrer tentativas de assassinato, a última conhecida em 2009.

A Fundação Nacional do Índio monitorizava a sua atividade desde 1996 com o objetivo, entre outros, de protegê-lo. Mas a política de respeito às comunidades não contactadas (estabelecida pelo Brasil em '80 e em perigo hoje em dia) e a sua resposta agressiva a qualquer tipo de aproximação limitaram os intercâmbios ao oferecimento de comida e a alguns sinais desde o longe. Nestes mais de 25 anos, o "índio do buraco" não falou com ninguém. É por isso que desconhecemos o seu nome, a sua etnia ou o idioma que falava. Com a sua morte, desaparecem definitivamente as palavras que passaram um quarto de século caladas.

Como em todo o desconhecido, existe algo atraente nas línguas dos povos não contactados pela sociedade dominante. Parece incrível que na era da informação continuem a existir idiomas dos que ignoramos praticamente tudo, além da sua existência. Do sentinelês, o único que sabemos, trás a escassa comunicação com o povo que o fala na Sentinela do Norte, é que não é intercompreensível com o jarawa nem com o onge, as línguas das ilhas próximas. Supõe-se que deve pertencer à mesma família que aquelas, mas não há nada que o confirme. E a perseverança das sentinelesas em continuarem isoladas parece que vai evitar que esse mistério se resolva.

Amiúde qualifica-se a diversidade linguística como património de toda a humanidade. Mas, afeitas como estamos a sentir que ocidente é o centro do universo, cumpre não perder a perspetiva. É o que as mapuches nos lembravam em 2006, ao criticar a Microsoft por traduzir Windows ao mapudungun sem contar com a comunidade: as línguas não são elementos isolados, senão que veiculam a vida dos povos, as culturas e os indivíduos que as usam. Documentar falas ameaçadas do mundo pode ser útil para afundarmos no conhecimento, mas se as comunidades que se servem delas desaparecem, a riqueza linguística do planeta só pode diminuir.

O facto de não sabermos nada delas desde esta parte do mundo é o único que têm em comum as variedades linguísticas da Sentinela do Norte e do "índio do buraco". Esta última podemos considerá-la morta desde há décadas, quando o derradeiro falante decidiu optar pelo silêncio ante o extermínio do seu povo. Mas o sentinelês não está sequer em retrocesso. Bem ao contrário: até onde sabemos, parece ser a língua veicular de toda a atividade da comunidade da ilha. E nós, que o desconhecemos todo dela, devemos estar orgulhosas de seguir tendo esse património.

CENTROSOCIAIS

COMPOSTELA/
O PICHEL
Santa Clara
CASA DE SAR
Curros Enríquez

VIGO/
DISTRITO 09
Coia
FAÍSCA
Calvário
A REVOLTA DO BERBÊS
Rua Real

OURENSE/
CSO A KASA NEGRA
Perdigom
A GALLEIRA
Praça Sam Cosme

SALZEDA DE CASELAS/
O MATADOIRO
Senda do rio Landres

RIBEIRA/
CSA O FERVEDOIRO
Rua Mendes Nunes

LUGO/
CS MÁDIA LEVA
Serra dos Ancares
CS VAGALUME
Rua das Nóreas

A CORUNHA/
CS A COMUNA
Doutor Ferrant
CS GOMES GAIOSO
Marconi
ATENEO LIBERTÁRIO XOSÉ TARRÍO
Gil Vicente

FERROL/
CS ARTÁBRIA
Trav. Batalhons
ATENEO FERROLÁN
Magdalena

NAROM/
CS A REVOLTA DE TRASANCOS
Alcalde Quintanilla

ALHARIZ/
CSA CAMBALHOTA
Caminho do Castelo

A GUARDA/
O FUSCALHO
Frente a Atalaia

PONTE D'EUME/
LS DO COLECTIVO TERRA
Avda. da Corunha
CSOA A CASA DA ESTACIÓN
Avda. Ferrol

BURELA/
CS XEBRA
Leandro Curcuny

PONTE VEDRA/
LICEO MUTANTE
Rosalia de Castro

CANGAS/
A TIRADOURA
Reboredo

CASTROVERDE/
A CHAVE DAS NOCES
Sam Juliam de Pereiramá

SÁRRIA/
BURIL
Travessia da Rua Nova

isto nom é um periódico

nas tuas maos tes umha ferramenta
feita com o trabalho de muitas pessoas que cada mês fam a sua achega à construçom dum meio próprio, que acompanhe a galiza que se move e abra fendas nas estreitas paredes do discurso dos poderes.

mas esse trabalho, do jornalístico à distribuiçom, move-se graças ao motor da nossa comunidade de leitoras. desde a aposta firme na independência informativa, as subscriçons som a garantia de mais e melhor informaçom crítica, mais e melhor novas da galiza.
por isso, está também na tua mao.

fai-no possível
em www.novas.gal/loja

Os da Ria
grupo musical

“Compugemos umha cançom a Rueda que esperamos que volte a trazer para a Galiza o ‘Xula Xope’”

elena martín lores
elenamartinlores@novas.gal

Carlos Meixide (aka Arturo Puy) e Tomás Lijó (aka Fabián Santomé) som, junto a outros quatro músicos, Os da Ría. Entre 2009 e 2017 tocárom por todo o país parodiando a vida política, cultural e social galega. Agora, quase 6 anos depois da sua desapariçom, voltam aos cenários, como figérom os Beatles no documentário ‘Get Back’. Como eles asseguram, “a Galiza sempre os tratou muito bem, com todos os governos”.

Podedes apresentar-vos como grupo para as pessoas que estejam despistadas?

Os da Ría é um grupo senheiro já, com umha longa trajetória. Há uns seis anos deixamos a nossa vida artística na que foi a nossa separaçom definitiva. Contudo, nas últimas datas houvo muita pressom para voltarmos, e, ainda por cima, houvo uma mudança de governo na Galiza. E nós, que sempre vivemos muito bem com todos os governos, quigémos também experimentar um pouco com este novo.

Aliás, o sobrinho de Fabián viu o documentário *Get Back*, sobre um encontro que tivérom os Beatles. Ao vermo-lo, pensamos que seria talvez boa ideia fazer nós um encontro destas caraterísticas: o ‘Get Back d’Os da Ría’. E nessas ideias, começamos a juntar-nos de novo e surgiu a possibilidade de atuar na Psicotroita de Sigüeiro. Aí pensamos que essa era umha boa maneira de esquentar os músculos e praticar alguma faixa nova que já temos, sobretudo do presidente Rueda. E assim foi que se nos deu por voltar aos cenários. A ideia principal é esta e também, se calhar, fazer umha residência terapêutica d’Os da Ría para que consigamos resolver todos os desencontros e, ao mesmo tempo, compor novos *xites* para se calhar tirar um disco no futuro ou dar um concerto especial. Estamos fazendo como a rapaziada: combinamos de vez em quando para recuperar a graça e testar músicas novas e isso.

Como vedes a volta? Porque o panorama da música galega mudou bastante, nom é?

Pois vemos a volta com muito interesse. Nós somos superfavoráveis às cousas novas. De facto, no outro dia já estivemos a provar ali, em Sigüeiro, com isto que se chama *auto-tune* e todos estes sistemas que há agora, que oxalá pudéssemos nós tê-los usado na nossa época para corrigirmos as vozes e tudo isso. Estes som uns inventos fantásticos que adoramos, porque já digo que estamos abertos a incorporar novas tendências nos *xites* e a nos modernizar.

E como está a ser volver fazer paródia?

Nós estávamos um pouquinho cada um nas nossas vidas: eu mais em projetos empresariais e Fabián em projetos políticos. Mas agora voltamos a nos conectar com a atualidade. Ao voltar ao presente, também acontece que voltam as nossas atitudes de antes. Compugémos para o presidente Rueda unha música espetacular que esperamos que volte a instaurar na Galiza o *Xula Xope*, este jogo tam divertido do aro. Também temos a faixa sobre o escritor das Letras Galegas, algo que fazíamos sempre e que recuperamos com Fernández del Riego, com uma música intitulada “*Pastillas del Riego*”. Estamos retomando o contacto com a atualidade e isso inevitavelmente está ligado a personagens e a assuntos na moda.

Ou seja, que a ideia é divertir-se.

Sim. Como sempre, divertir-se e fazer a nossa carreira com as oportunidades que a Galiza sempre nos brindou. Porque nós somos a favor de tudo sempre: da Galiza, da gente nova, de que todos nos divirtamos e de que... venha!, para a frente, fazendo o que há que fazer. Estaremos aí fazendo o que figer falta. Os da Ría, alegria! Essa é a filosofia.

Os corpos

Uxía Castro

Um dia deste ano recebim umha mensagem. “A tua amiga Antía abortou na pública?”. Perguntava umha conhecida cujo corpo, a causa de um tratamento médico, nom processou bem a pílula anti-conceptiva. Estava grávida de 4 semanas. A minha amiga Antía abortou logo da rotura de um preservativo e após tomar a pílula do dia depois. A pergunta vinha do medo a que no COF (Centro de Orientaçom Familiar, público) o processo se dilatá-se no tempo. Para as duas foi rápido. Tam “só” três dias de reflexom. Porque se quadra o tempo entre o predictor positivo e a visita ao hospital nom foi suficiente. Esse mesmo período ficaria eliminado com a última proposta de reforma da lei do aborto no Estado espanhol. Um oásis na luita dos direitos reprodutivos dos últimos tempos.

O governo de Hungria vem de anunciar que obrigará a quem aborte a escuitar o latido do feto, no mesmo mês em que o estado de Arizona recuperou umha lei de 1864 que dita penas de entre 2 e 5 anos a quem facilite a interruçom voluntária da gravidez (IVG). Em Guatemala, em agosto, a norma aumentou de 3 a 10 anos as penas para quem se submeta a umha IVG e 50 para quem a pratique. Também esse mês, umha médica na Argentina foi detida por realizar um aborto. Era a única profissional nom objetora de consciência no seu hospital em Salta. A lei foi aprovada no país em 2020. Ano em que Polónia proibiu de facto o aborto após a ilegalizaçom da maioria dos supostos. Na Itália, a candidata de extrema direita Giorgia Meloni vem de fazer-se com o poder com um discurso baseado na defensa da família tradicional.

Quando recebim aquele *Whatsapp* umha frase retumbou na minha cabeça durante dias, “eu só quero que tirem isto do meu corpo, por favor”. Lembrei um slogan das protestas pró aborto nos EUA, *My body, your choice* (‘o meu corpo, a tua decisom’).

Às vezes temo que já nom seja mais o nosso corpo.